

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo Prof. Remi Castioni, em 22 de dezembro de 2020, para disponibilizar o capítulo **Espaço: categoria-chave para a compreensão da realidade concreta**, gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

KUNZ, Sidelmar Alves da Silva; CASTIONI, Remi. Espaço: categoria-chave para a compreensão da realidade concreta. In: PELUSO, Marília Luiza; FEITOSA, Eliana Aparecida Silva Santos (org.). **Diálogos contemporâneos em geografia**. Brasília: Strong Edições, 2018. p. 14-21. Disponível em: <https://sites.google.com/view/dialogoscontemporaneosgeo/e-book-completo?authuser=0>. Acesso em: 23 dez. 2020.

Diálogos Contemporâneos em Geografia

1ª edição (e-book)

MARÍLIA LUIZA PELUSO
ELIANA APARECIDA SILVA SANTOS FEITOSA
(ORGs.)

Brasília-DF
Strong Edições
2018

Diálogos Contemporâneos em Geografia

Organização

Marília Luiza Peluso

Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa

Projeto Gráfico

Lígia Melo dos Santos

Revisão

Marília Luiza Peluso

Daphene Feitosa

Diagramação e Edição

Elias Melo dos Santos

Fotografia

Maria Luiza Babe Lavenère

João Xavi

Aline Spezia

Denilson B. Coelho

Conselho Editorial

Antenor Ferreira Corrêa

Augusto Charan Alves Barbosa Gonçalves

Elias Melo dos Santos

José Antônio Loures Custódio

Sidelmar Alves da Silva Kunz

Lorraine Maciel Camelo Reategui

Lorena Ferreira Alves

Diálogos Contemporâneos em Geografia

P952d Marília Luiza Peluso, Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa (orgs.)
Diálogos Contemporâneos em Geografia/

Marília Luiza Peluso, Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa (org.)
Brasília: Strong Edições, 2018.
130 p.: il; 768 px x 1024 px (e-book).

ISBN 978-85-67784-05-2

1. Geografia. 2. Cultura Populacional. 3. Educação em Geografia.
I. Marília Luiza Peluso, Eliana Aparecida Silva Santos Feitosa, (orgs.)

CDD 900
CDU 91

Strong Edições

QE 34 Conjunto A Casa 32 - Guará II
Cep 71065-012 – Brasília – DF, Brasil
Fone/celular: 61 992567777
strongedicoes@gmail.com

© 2018, os autores autorizam o copyright dos seus respectivos textos.

Publicação disponível no site:

sites.google.com/view/dialogoscontemporaneosgeo

ESPAÇO: CATEGORIA-CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE CONCRETA

Sidelmar Alves da Silva Kunz

Doutorando do Programa de Pós-Graduação - Faculdade de Educação – Universidade de Brasília/UnB
sidel.gea@gmail.com

Remi Castioni

Professor-Pesquisador - Faculdade de Educação – Universidade de Brasília/UnB,
kotipora@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo discutir o espaço geográfico como ferramenta valiosa para a interpretação da realidade concreta e mecanismo de certificação da cientificidade do discurso geográfico, com foco no conteúdo espacial e na ordem tópica. Os resultados desse estudo sinalizam que o repertório de conhecimentos espaciais contribui para explicar a realidade permeada por contradições sociais e conflitos, podendo ser captada por sua expressão espaço-temporal. Pontua-se ainda que o espaço é produto social e deve ser interpretado em suas inter-relações e mediações. Assim sendo, o conhecimento espacial possibilita melhor posicionamento em termos de apropriação dos instrumentos para a intervenção na realidade e edificar um futuro melhor com foco nos interesses e necessidades da maioria da população. Palavras – chave: espaço geográfico; realidade concreta; discurso geográfico; ordem tópica.

Palavras-chave: Geografia; Espaço; Compreensão da Realidade.

INTRODUÇÃO

O espaço é a categoria geográfica que se expressa como valiosa ferramenta de interpretação da realidade e figura, na atualidade, como elemento substantivo de garantia da cientificidade do discurso dessa ciência (OLIVA, 2001), assim como de sua relação com os demais campos científicos. Compreende-se o espaço como um componente social, haja vista que “[...] o espaço é construído pela sociedade para seu funcionamento” (OLIVA, 2001, p. 28) e nesse sentido faz parte dela, portanto, trata-se de uma dimensão do social.

À medida que se alteram os conteúdos no espaço se viabilizam, ou propiciam, a constituição de novas relações. A respeito dessa centralidade do espaço, Oliva (2001, p. 30) esclarece que: “[...] não se pode considerar o espaço como existente e sim como uma espacialidade que é constitutiva da matéria que, por sua vez, é base da realidade concreta”.

Nesse sentido, a matéria será apresentada, na sequência, como a base da realidade concreta, de forma que figura como fundamental para a apreensão de um determinado conteúdo. Assim, é preciso o reconhecimento da sua existência, pois a forma em que a matéria adquire é, em si, o conteúdo em pensamento (MARTINS, 2009) e, por conseguinte, em virtude das práticas sociais serem estruturadas em um fundamento geográfico, a geografia potencializa a apreensão do conteúdo da realidade. Em linhas gerais, serão coadunados sistemas de compreensão e aportes teórico-metodológicos com vistas à percepção do diferencial da complexidade espacial.

FENÔMENO, LOCALIZAÇÃO E ORDEM TÓPICA

É fundamental a identificação do conteúdo que está implicado no espaço e com isso conseguir produzir explicações para os contextos históricos e culturais por meio do fundamento geográfico estabelecido por intermédio da relação sociedade-espaço. Para Martins (2009, p. 17): “quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência”. No ângulo de visão desse autor, a determinação é explicitada por meio da pergunta “onde?”.

Nota-se que quando se faz essa pergunta internamente se assume que a localização das coisas não se dá de modo aleatório, mas guarda marcas dos motivos pelos quais condiciona a posição assumida. No que tange a essa questão, Martins (2009, p. 17), considerando o horizonte dos princípios lógicos da geografia, pontua o seguinte:

E quando algo se localiza, o faz em relação a outros e, nisto, a localização nos remete à distribuição. E nesta uns em relação aos outros estarão mais ou menos distanciados, eis a noção de distância. E distâncias que variando, nos permitem falar em densidade que, sendo mais ou menos intensa, significa

maior ou menor número de elementos em relação, e a possibilidade de um conjunto desses se relacionar com outro, pode nos remeter à noção de escala. Eis os princípios cuja síntese estabelece o geográfico: Localização, Distribuição, Distância, Densidade, Escala. Em outras palavras, podemos afirmar que é por meio da síntese destes, que o geográfico se estabelece.

Como se percebe a partir da apreciação dessa citação, saber o “onde” é crucial para que se adquira consciência geográfica que é na verdade a compreensão das determinações da existência, haja vista que o “onde” se dá em um dado momento. Essa visão coaduna-se com o entendimento de que a sociedade ao se apropriar da natureza a transforma imprimindo obediências no campo da objetividade que culmina em uma ordenação lógica a qual pode ser expressa pela dimensão espacial insculpida no processo de totalização, consubstanciado na instância da existência.

É indiscutível que a localização é substancial para a construção das noções espaciais e que com base nessa compreensão é possível construir referenciais que permitam pensar o porquê das configurações que são possíveis de serem captadas por meio da linguagem geográfica. Essa linguagem possibilita revelar o que não está aparente, mas que de fato interfere na realidade.

Há um vínculo indiscutível entre a organização do espaço geográfico e o desenrolar da vida em sociedade. Isso se dá devido ao fato de que o viver, o trabalhar ocorre em ambientes específicos e que a sua mudança altera também o modo pelo qual as relações sociais se dão; ao mesmo tempo o espaço é base, meio e consequência. Evidentemente, o espaço não é um receptáculo, um está lá, um reduto, mas é uma dimensão do social e, portanto, cumpre um papel social de dimensão espacial como aspecto-chave para descortinar os mecanismos da sociedade contemporânea. Na perspectiva lefebvrea, essa dimensão da sociedade se articula e é transversal a todas as outras. Com base em Jacques Levy, Oliva (2001, p. 37) defende que o espaço geográfico ocupa posição de destaque por ser “[...] o centro dos acontecimentos das sociedades modernas, além de reafirmar a potencialidade e a legitimidade cognitiva do seu ponto de vista para a compreensão da totalidade da sociedade”.

As relações sociais são recriadas ou reproduzidas na materialidade do espaço. Diante disso, o “[...] espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo” (OLIVA, 2001, p. 38), concomitantemente, “[...] objeto material ou produto, o meio das relações sociais e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais” (OLIVA, 2001, p. 38). Assim, o espaço alcança todas as instâncias da sociedade, haja vista que o real por meio de seus elementos é captado pela ideia de espaço geográfico. Entretanto, não se trata de uma realidade independente, mas de um atributo da realidade passível de ser espacializada.

Nesse cenário interpretativo, o fato de que os homens são espaciais tornam o espaço necessariamente humano por ser um componente precípua do ser-no-mundo. Oliva (2001, p. 45) assinala que “O ser é espacial porque o seu ser-no-mundo implica relações com coisas e com pessoas e tudo isso é dominado pelas distâncias que se criam e se recriam, a partir da própria ação humana”. O espaço ocupa posição de destaque na tradição do pensamento geográfico, assim como na geografia como disciplina, e é o elemento que garante a especificidade no que tange a construção de conhecimento nesse campo.

As elaborações teóricas formuladas ao longo da tradição disciplinar são o que sustenta a afirmação de que o geógrafo produz um discurso científico e alicerça a compreensão de que fazer geografia tem um papel social e contribui para a edificação do conhecimento em geral. As proposições de Lacoste (2009) serviram de alerta para a produção científica geográfica no sentido da necessidade de se contornarem as fragilidades conceituais com vistas a fortalecer uma ciência com maior preocupação ética e social, posicionando-se frente aos interesses dos distintos grupos da sociedade. Santos (2008b) defende que o discurso geográfico é construído tendo como ponto de partida a “[...] necessária qualificação das coisas do mundo numa associação direta entre seus usos e suas localizações” (SANTOS, 2008b, p. 35). Além disso, sustenta que o “[...] reconhecimento da ordem tópica exige a associação entre a forma e o significado de cada objeto” (SANTOS, 2008b, p. 35). Cabe lembrar que o espaço como categoria por excelência da geografia remete à ordem tópica associada à organização espacial da sociedade e suas condicionantes. Essa ordem relaciona-se a leitura científicizada que o geógrafo faz do mundo, das coisas para abordar a realidade por meio de melhor compreensão dos fenômenos.

Em conformidade com o entendimento de Santos (2008a) é possível captar a ordenação tópica de cada fenômeno. Entende-se por ordem tópica, a ordem espacial. A linguagem dessa ordem é a linguagem cartográfica da geografia que contém em si o tratamento por meio de símbolos que resultam em síntese própria. Para esse autor, “não há fenômeno que não possua uma dimensão espacial (e, portanto, uma ordem tópica)” (SANTOS, 2008a, p. 54)

A ordem tópica é vista como elemento de identidade e pertencimento, já que o conhecimento não é uma revelação e se fortalece a partir da fusão entre sujeito e objeto que se dá no processo de apropriação de experiências. Ressalta-se a importância de se desvendar a ordem tópica do fenômeno porque há um jogo de determinações nessa ordem do fenômeno. A esse respeito é relevante apresentar a compreensão de Santos (2008b, p. 36):

Visto sob este ângulo, o sujeito se carrega de materialidade, isto é, de contradições, desvios, problemas, descobertas, superações, redescobertas, novas contradições e assim por diante. Ainda, e sob o mesmo ângulo de observação, o objeto só se coloca como tal porque é objeto de um sujeito e, portanto, ao se apresentar em toda a sua clareza esconde (num falso paradoxo) todas as possibilidades ainda não vividas com o sujeito. Assim, o objeto pode ou não possuir existência objetiva (nada impede que o objeto de um sujeito seja alguma expressão metafísica de seu próprio pensar), mas o conhecimento será, sempre, o que está sendo sistematizado pelo sujeito de sua relação com o próprio objeto.

A pluralidade paradigmática da geografia é resultante da multiplicidade de correntes que surgiram em distintos momentos históricos, porém a atual ciência geográfica possui uma unidade como ciência que é a busca da compreensão do espaço geográfico. Desde o mundo grego, nos primórdios da atividade geográfica, a realidade requer situar e localizar fenômenos, coisas e lugares. Demanda que se relacione a elaboração de respostas às perguntas onde? e como? (MARTIN, 2005). Em sintonia com essa discussão é asseverado por Amorim Filho (1982, p. 06) que:

A localização e a distribuição dos homens, a localização e a distribuição das coisas e fenômenos que interessam aos homens são e serão preocupações permanentes da humanidade. E são, justamente, problemas dessa natureza que estão na origem e na base da atividade geográfica.

Para além das correntes de pensamento, nota-se que os princípios lógicos da geografia a nortearam durante toda a sua trajetória e impactam até hoje; inclusive, foram sendo incorporados novos princípios que compõem a tradição geográfica. Em conformidade com a visão de Varajão e Diniz (2014), Varenius (1622-1650) esboçou alguns dos princípios que posteriormente foram assimilados pela escola francesa como, por exemplo, os princípios da unidade terrestre, da geografia geral e, sobretudo, da conexão é uma demonstração do poder de unidade que os princípios convertem para a ciência geográfica, sufocando os conflitos entre os paradigmas e contribuem para a atual pluralidade dessa ciência.

A geografia é um campo heterotópico que se fundamenta em princípios lógicos, os quais estruturam uma visão geográfica de mundo. Em

meio a uma pluralidade de abordagens, a unidade da geografia se dá em razão dos seus princípios orientadores que tem sido desenvolvidos desde sua organização inicial. Claval (2006) defende que a geografia, numa perspectiva espacial, objetiva demonstrar a complexidade das relações e das influências responsáveis pelas realidades observadas. Nessa mesma esteira de ideias, Varajão e Diniz (2014, p. 107) se posicionam no sentido de que o “[...] geógrafo, diante da pluralidade paradigmática sem precedentes, não pode perder de vista os objetivos básicos da Geografia que estão relacionados à localização”.

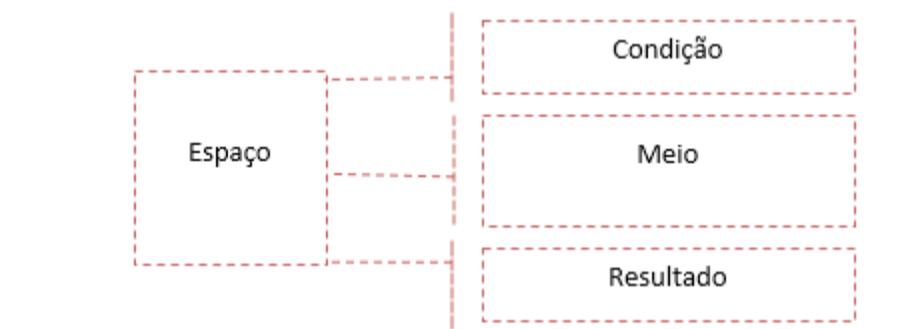
De acordo com a compreensão de Lima (2013), o alentado livro *A natureza do espaço*, de Milton Santos, faz uso de um arsenal de categorias filosóficas em que o sujeito se encontra implicado em seus postulados. Na perspectiva de análise desse autor, Milton Santos conseguiu elevar o estatuto científico geográfico para além das fronteiras positivistas e, inclusive, seu nome é referência em várias outras áreas de conhecimento quando se trata de geografia. O horizonte objetivo em geografia e a preocupação de Santos com o estatuto científico dessa disciplina fez com que se tornasse leitura obrigatória quando o assunto é objeto da geografia.

Dito isso, é relevante apontar qual a compreensão de espaço para Milton Santos. Na ótica miltoniana, o espaço geográfico é um meio que ao mesmo tempo é produto social e condicionante da produção social, só podendo ser compreendido no seio dessas relações. Como se percebe, é uma combinação complexa e dinâmica que culmina no fato de que as determinações que podem orientar a ação são impostas pela configuração espacial. Não se deve esquecer de que a própria ação é dotada de combinações complexas e dinâmicas (LIMA, 2013).

Assim, é conferido ao espaço o atributo de objeto geográfico por excelência. É importante ressaltar que de acordo com Corrêa (2009), trabalhos quantitativistas de inspiração filosófica neopositivista, como é o caso dos elaborados pelos teóricos Schaefer, Bunge, Ullman e Watson já apresentavam o espaço com o atributo de objeto geográfico. Porém, o status epistemológico, “isto é, de crítica acerca de seus próprios fundamentos teórico-conceituais e metodológicos” (LIMA, 2013, p. 2), só foi conquistado a partir do esforço por aprofundamento reflexivo conduzido pelo movimento de renovação crítica, de inspiração marxista, ocorrido na década de 1970. Nesse cenário, nos trabalhos de geógrafos preocupados com as questões de relevância social é imprescindível contemplar as relações e os processos, já que o espaço é visto como um sistema de relações em que o sujeito está implicado e se apresenta sob múltiplos matizes.

Ainda de acordo com esse autor (LIMA, 2013), o sujeito está implicado na concepção de espaço miltoniana porque o homem é figura marcante no pensamento desse autor, que defende uma teoria espacial da ação em que reconhece o papel transformador do homem na reprodução do espaço. Santos (1996) em ponderação sobre o sujeito assevera que “A ação é o próprio homem” (SANTOS, 1996, p. 67) e em outro momento afirma que “[...] não há evento sem sujeito” (SANTOS, 1996, p. 117).

Figura 1: Espaço em Milton Santos



Fonte: Elaboração de Kunz e Castioni, a partir de Santos (1996).

Tendo em vista que a realidade se produz e reproduz na articulação do poder e as tramas do saber (PEREIRA, 2010), a ciência geográfica tem como propósito maior compreender o espaço geográfico, e como esse espaço refere-se ao universo ao qual o homem pertence, ou numa abordagem epistemológica contemporânea: a realidade vivida por uma determinada sociedade constituída histórica, cultural e socialmente.

PERCURSO DA GEOGRAFIA, POTENCIALIDADE EXPLICATIVA E O ESPAÇO COMO EXPRESSÃO DA SOCIEDADE

O pensamento geográfico (de acordo com o entendimento de Vitte (2007 e 2011), o termo é mais que um adjetivo; trata-se, em essência, de uma possibilidade de investigação) ao longo de seu percurso científico buscou oferecer explicações sobre as relações entre homem e meio físico, homem e homem, sociedade e espaço; em todas essas relações a dimensão do social está presente porque se constitui como inerente à condição humana. O foco de justificativa para a edificação da investigação geográfica tem como sustentação a compreensão da dimensão social do mundo. Isso se dá de tal forma que os cultores da geografia defendem essa posição em razão do seu objeto, o espaço geográfico: espaço do homem, agente de modificação da superfície terrestre, logo, social.

A geografia brasileira desde o início do século passado tem demonstrado que é capaz de pensar o Brasil com uma inteligência própria, por mais que se tenham considerações críticas a se fazer ao conhecimento geográfico até os anos 1980. O olhar geográfico para alcance do plano social demonstra quão necessário é a leitura espacial para entender o cotidiano, as vivências. Vlach (2010, p. 47) enfatiza “o papel do ensino de geografia no esforço para a realização da cidadania plena no tecido social brasileiro”, lembrando-se que esse processo político é indissociável da constituição e consolidação do Estado-nação, cujo impulso se dá pela clareza sobre a necessidade de criação de uma visão nacional acima dos regionalismos. A leitura nesse sentido vislumbra na dimensão territorial o grande diferencial para a sustentação da perspectiva nacional pautada na valorização da escala local, pois não é possível alcançar o nacional sem colocar em pauta o plano local.

As ideologias geográficas produzidas por meio da ciência geográfica são instrumentos de construção do imaginário. Cabe aqui mencionar

o imaginário social brasileiro depositado na primazia do território por meio de uma concepção geográfica elitista que vê o território como “[...] o sujeito do processo de formação do Estado-nação por parte de lideranças políticas, econômicas, intelectuais e oficiais militares” (VLACH, 2010, p. 55). Com essa exemplificação nota-se o papel ímpar exercido pela geografia no imaginário social, justificando posições e fortalecendo projetos de civilização ou modernização a partir da ideia de território representado pelas elites dirigentes e intelectuais com marcas simbólicas singulares.

No contexto das estruturas científicas que legitimaram o paradigma de interpretação da geografia, a corrente de pensamento que mais se aproxima em termos de identificação do social como alicerce do fazer geográfico é o paradigma crítico: aborda as desigualdades socioespaciais numa perspectiva emancipatória que visa romper a separação entre teorias geográficas e as práticas da geografia. Antes da discussão do lugar do social no horizonte dos geógrafos que pretendem produzir uma geografia de relevância social, na sequência será apresentada reflexão a respeito do espaço social.

O LUGAR DO SOCIAL NO ESPAÇO

A Geografia, ao trabalhar o social, faz uso do espaço como trunfo crucial, porque ele apresenta-se como forma, repercute os processos e significados das dimensões e ações realizadas no cenário de transformações das relações entre os homens. O espaço geográfico possui diversas dimensões, todavia a mais relevante é a social em virtude de possuir relação direta com a dignidade e a solidariedade humana. Lembra-se que solidariedade refere-se à proteção mútua entre os indivíduos em que o bem do outro é um requisito para o próprio bem e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

A reflexão aqui em desenvolvimento sustenta que devido ao fato de que o social é o núcleo principal das considerações teóricas, as outras dimensões acabam sendo permeadas por essa dimensão que, em linha final, retorna enquanto parte integrante e fonte de inter-relações com as demais. Isso porque, sob o ponto de vista desse trabalho, o movimento é um diálogo com o objetivo maior do debate geográfico – contribuir para a melhoria das condições de vida da população por meio da colaboração para o entendimento da relação sociedade-natureza.

O conjunto de elementos que promovem a modificação da realidade são especializados como expressão concreta da ação de produção e reprodução do espaço. As ações na realidade têm seus significados dimensionados e o sujeito, ao dominar conhecimentos dos processos espaciais em que está envolvido, constrói sua própria existência.

Para pensar o social é importante também contextualizar o papel da geografia enquanto ciência em uma sociedade em intensas transformações tecnológicas e de mentalidade, cujas relações pressupõem rupturas com o presente e a necessidade de construir o futuro, de modo a perceber na política oportunidades para estabelecer novas realidades socioespaciais. É um tempo de elementos novos e ricos em possibilidades que se potencializam com o enfoque no social, consciente de que não há neutralidade nas ações e que o pensamento crítico figura-se como peça-chave na organização transformadora. Santos (1988, p. 46) assevera que o tempo atual é “[...] síncrone com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita”, ou seja, um período de transição.

Essa transição é reflexa do movimento da construção de um estatuto epistemológico próprio para as ciências humanas em face da concepção da ciência moderna assentada em leis de causa formal com forte privilégio para o como funciona das coisas em detrimento das finalidades das coisas. Esse horizonte cognitivo no plano social adéqua-se ao interesse de autores alicerçados na noção de evolução da humanidade proclamadora de leis simples que reduzem uma plêiade de complexidades cósmicas em uma “[...] racionalidade hegemônica que a pouco e pouco transbordou do estudo da natureza para o estudo da sociedade.” (SANTOS, 1988, p. 51)

Nesse sentido é imprescindível o debate acerca da condição da ciência geográfica em vista da confecção de um referencial que atenda à reflexão do social. A geografia nessa perspectiva deve considerar que os fenômenos não são sujeitos a leis universais e sim a condicionamentos de espaço e tempo que determinam as relações sociais. Além disso, a produção de previsões deve ser vista com bastante cautela porque o ser humano, à medida que lida com os novos conhecimentos em permanente construção, modifica suas ações e com isso dá novos formatos para as articulações estruturadas anteriormente.

Outra questão diz respeito à natureza subjetiva do fenômeno social (ação humana) que implica na necessidade de se consolidar estratégias ou elaborar empreendimentos científicos distintos da ciência natural. Desse modo faz-se relevante apontar como caminho a busca de um conhecimento geográfico “[...] intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético.” (SANTOS, 1988, p. 53). Cabe acentuar que Milton Santos é um dos principais nomes da geografia brasileira e internacional que faz uma crítica da Nova Geografia (corrente geográfica com seguidores até os dias atuais). Veja-se que:

A fronteira que então se estabelece entre o estudo do ser humano e o estudo da natureza não deixa de ser prisioneira do reconhecimento da prioridade cognitiva das ciências naturais, pois, se, por um lado, se recusam os condicionantes biológicos do comportamento humano, pelo outro usam-se argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano. (SANTOS, 1988, p. 54)

A geografia, assim como as demais ciências, vive uma revolução científica iniciada com a mecânica quântica que condiciona as leis da física às probabilidades e coloca em cheque o rigor matemático enquanto fundamento. A crise retratada diz respeito ao esfacelamento do paradigma newtoniano diante dos avanços no campo da microfísica, da química e da biologia ocorridos nas últimas décadas. O tempo presente é um tempo de profunda reflexão epistemológica por diversos segmentos, inclusive, pelos cientistas que tem se interessado cada vez mais pelos debates filosóficos atinentes às suas práticas científicas. Embora se reconheça isso, cabe mencionar que a ciência tem passado por um fenômeno de industrialização, no sentido da proletarização e das relações de trabalho com características aproximadas à lógica industrial, no qual,

[...] a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação. (SANTOS, 1988, p. 59)

Nesse contexto de crise, é preciso desconstruir a cisão entre o científico-natural e o científico-social vislumbrando uma leitura holística e processual do fazer científico na geografia. Essa separação tem perdido seu sentido na contemporaneidade, haja vista que se trata de uma distinção assentada na “[...] concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade” (SANTOS, 1988, p. 60). Esse autor faz uma alerta relevante no qual afirma que:

[...] sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram de fraturar internamente para se lhes adequarem minimamente. Refiro-me à antropologia, à geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ ciências sociais. Daí que, num período de transição entre paradigmas, seja particularmente importante, observar o que se passa nessas ciências. (SANTOS, 1988, p. 59.)

O conteúdo da superação de tal distinção é a oportunidade de promover uma ciência geográfica mais capaz dotada de instrumentos coerentes e articulações que aprimorem o raciocínio geográfico de modo a configurar novas abordagens com validade para uma melhor compreensão do espaço geográfico, o qual se constitui enquanto espaço social. Dessa forma, é preciso estar mais preso ao futuro que pode ser desenhado do que à força exercida pelo passado de um paradigma dominante, e assim, erguer uma nova ordem científica em que o sujeito lançado à diáspora consegue seu regresso. Na visão de Santos (1988, p. 71) é preciso mudar de postura porque nessa fase de transição “Duvidamos suficientemente do passado para imaginarmos o futuro, mas vivemos demasiadamente o presente para podermos realizar nele o futuro”.

O conhecimento nesse cenário apresenta-se como total, em que o total é interescalar com o local, pois ao mesmo tempo em que é total, também é local. Nessa perspectiva tem-se a movimentação no sentido de estruturar novas direções metodológicas, mais plurais com transgressões metodológicas acarretando maior personalidade do trabalho científico de forma a poder ver o pesquisador no trabalho realizado. Novas realidades foram conquistadas por meio de pressões dos “de baixo” para com os “de cima” em busca da cidadania. A cidadania é entendida nessa discussão nos marcos da compreensão de Gadotti (2001, p. 5): “[...] é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia.” Nesse tom não há que se falar em cidadania sem reportá-la à democracia, pois uma se projeta na outra tendo como fundamentos o esforço contínuo, solidário e paciente para a consolidação dos direitos civis, sociais e políticos.

De acordo com Gadotti (2001, p. 9), “A cidadania precisa controlar o Estado e o mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático e autoritário”. Nesse sentido, o olhar interpretativo dos cenários com enfoque no social permite expandir a capacidade de alterar a condição em que o Brasil está e buscar construir outro país, e, conseqüentemente, outra sociedade.

Souza (2006) discute o cotidiano social em espaços cariocas favelados demonstrando que a dimensão social é por excelência o que fundamenta a necessidade de se fazer geografia para tornar a vida das pessoas, em determinados momentos de sociedade, mais viável. A partir desse autor, as múltiplas realidades constituem-se em fronteiras conceituais capazes de tornar fluidos determinados posicionamentos ou entendimentos conforme o contexto no qual se veem as condições de realização da vida em sociedade.

É bom esclarecer que essa leitura do espaço não envereda para uma conotação determinista usualmente apregoada aos pensadores da escola alemã da geografia em seu estágio “clássico”. O entendimento é no sentido de que o espaço é necessariamente social porque é produzido pela sociedade e exerce papel de condicionante para a própria sociedade que o produz, isso de diferentes maneiras. Os modos de condicionamentos são traduzidos pelas,

[...] formas espaciais, em seu sentido material (formas de substrato espacial), permitem e facilitam muitas coisas, mas também restringem e dificultam outras tantas coisas (e modificar essas formas tem um custo, econômico assim como, muitas vezes, político); as relações de poder estabelecem fronteiras e divisas, esferas de influência e muros e cercas visíveis ou invisíveis, os quais incluem uns e excluem outros, assim limitando a mobilidade e o acesso a benefícios; os signos e símbolos inscritos nas formas espaciais transmitem idéias e sentimentos, positivos relativamente à inclusão ou à exclusão (segregação, estigmatização) de certos grupos por parte de outros. (SOUZA 2006, p. 28-29)

É importante deixar claro mais uma vez de que o espaço é a expressão da sociedade. E, em razão disso, é contraditório tanto quanto ela, ao tempo que representa, independente de sua organização e contexto, requisito para que as relações sociais floresçam e prosperem (SOUZA, 2006). A exploração desse veio rico em discussões e reflexões leva ao entendimento de que para a mudança socioespacial é preciso ter no horizonte a relação entre a utopia e o pragmatismo um fundamento da leitura espacial que estabelece a fusão entre concreção e abstração.

Essa conjugação cimenta um terreno no sentido de que as técnicas e instrumentos por si só não são suficientes para a garantia da qualidade de vida ou justiça sob o ponto de vista social. As expectativas não podem ser depositadas somente em leis, planos e técnicas. É preciso análise profunda da dinâmica da sociedade e sua produção do espaço. Pensar nessa linha reconhece no seio social a capacidade de construir novas possibilidades e alternativas e retira a ideia de que a solução para os problemas devem partir de pessoas iluminadas que ocupam lugares privilegiados. Assim, o poder de decidir é compartilhado e tem maior densidade para alcançar resultados satisfatórios para a maioria da população e nega a visão reducionista de política atrelada ao sufrágio de nomes em período eleitoral.

É importante nesse sentido compreender que a neutralidade é uma construção vazia e despropositada já que no realizar da vida o que se tem é um ambiente em que se condensam relações de forças entre classes e frações de classe que podem resultar em ratificação de desigualdades do próprio sistema nos marcos das sociedades capitalistas. Todavia, em essência é viável a edificação de significados que não neguem os valores de “[...] grupos oprimidos devido à sua etnia, ao seu gênero etc., demograficamente minoritários ou não, abafando-se e marginalizando-se a sua alteridade.” (SOUZA, 2006, p. 50).

PENSAR O ESPAÇO E O FUTURO COMO CONSTRUÇÃO

A valorização espacial tem contribuído para a reflexão sobre a produção de alternativas ao modelo de exploração que degrada as relações sociais e, por conseguinte, tem destruído as capacidades psicológica e material de estabelecer finalidade para a existência individual em condições de igualdade diante dos outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade.

A garantia de igualdade efetiva precisa de instituições sociais de fato e da participação em processos decisórios por parte dos coletivos. O espaço social deve receber tratamento a altura de sua importância porque se constitui como instância política. Nesse sentido, Massey (2012) concebe o espaço como marcado pela multiplicidade defronte aos discursos da homogeneização e da padronização generalizadas. Essa ideia de multiplicidade colabora para manter acesa a chama da esperança tendo em vista a edificação de lugares de encontro e de convívio. Assinala-se, desse modo, que se faz necessário romper com a dicotomia entre ciência e política bem como entre teoria e prática. Nessa teia de ideias, a teoria se constrói da vida fazendo com que o debate teórico possa ser ilustrado com alusões empíricas que não podem desprezar o prazer de viver.

Massey (2012) defende que é de extrema importância o modo como se pensa o espaço, pois essa dimensão implícita é capaz de moldar “[...] as nossas cosmologias estruturantes” (MASSEY, 2012, p. 15). Dessa forma, exerce influência na maneira como o homem constrói os seus

entendimentos sobre o mundo com efeitos diretos nas atitudes e na política. O espaço é a dimensão do social e, enquanto tal, o significado cosmológico e histórico deve ser levado em consideração, pois as “[...] coincidências de eventos formam as estruturas do tempo-espaço” (MASSEY, 2012, p. 21).

Massey (2012) apresenta um exemplo que ilustra bem essa reflexão: é o caso do explorador Cortés para quem, no imaginário das supostas viagens de descoberta, o espaço era visto como uma extensão sobre a qual viajamos, na qual atravessamos para realizar conquistas. Pensar o espaço assim, na visão desta autora, implica efeitos específicos que estão firmados de modo implícito, haja vista que o espaço passa a ser algo estendido, uma mera superfície, elemento dado; no entanto, essa cosmologia tem efeitos incalculáveis.

A maneira como se pensa o espaço pode exercer o papel de negar o sujeito por meio dos efeitos sociais e políticos criados pela ideologia do poder. É um exercício ou manobra, no caso de Tenochtitlán, que visa conceber “[...] outros lugares, povos, culturas, simplesmente como um fenômeno ‘sobre’ essa superfície” (MASSEY, 2012, p. 23), e é um meio de desprover o outro de história. Uma alternativa para essa barbaridade seria a compreensão de um espaço que seja o encontro de histórias.

A naturalização da esfera social, com vistas a estruturar uma ideia de impossibilidade de resistência é um dos movimentos de engessamento da construção de alternativas, conforme a perspectiva apontada por Massey (2012). A simulação de descrição do mundo como ele é, todavia, é de fato “[...] uma imagem através da qual o mundo está sendo feito [...]” (MASSEY, 2012, p. 24), não passando de manobras com a finalidade de instaurar a visão de inevitabilidade de certas forças como é o caso da globalização e seus efeitos.

Neste contexto, a conceituação de espaço e tempo aparece como fundante dessa proposição já que nas articulações se “[...] transforma a geografia em história, o espaço em tempo” (MASSEY, 2012, p. 24), fato que, por exemplo, implica pensar que países como Moçambique e Nicarágua não possuem suas próprias trajetórias (histórias e potenciais próprios) e, por conseguinte, terem futuros próprios.

A ideia é construir um padrão em que os demais só estão em um dado estágio e que é possível prever o futuro, como sendo o de acompanhar a lógica dada. Essa perspectiva conduz a cosmologia de uma única narrativa possível de se fazer da história, uma história homogênea e de tempo único. Tal compreensão nega de base o espaço enquanto multiplicidade de trajetórias.

O pensamento dessa geógrafa sobre o espaço foi construído em sua prática política no “[...] contexto pernicioso dos localismos exclusivistas e das desigualdades sombrias da atual forma hegemônica de globalização [...]” (MASSEY, 2012, p. 26). O seu esforço é de descortinar os modos de conceber o espaço diante dos desafios impostos à realidade por meio da espacialidade inerente ao mundo.

A abordagem apresentada que sustenta uma perspectiva espacial alternativa se estrutura no entendimento do espaço pautado em três proposições, como se pode verificar na figura a seguir.

Figura 2: Espaço em Doreen Massey



Fonte: Elaboração Kunz e Castioni, partir de Massey (2012).

Esclarece-se que o espaço visto como produto de inter-relações ratifica um entendimento relacional do mundo. Ao passo que, como possibilidade da existência da multiplicidade em razão das distintas trajetórias coexistentes num cenário de heterogeneidades, afirma-se o reconhecimento da espacialidade imbricada com a multiplicidade e a heterogeneidade de características distintas. E, por fim, como ideia de construção, expressa que a maneira como se pensa espacialmente pode perturbar o modo de formulação das ideias sobre o mundo e as questões políticas.

Por seu turno, ressalta-se que essa construção leva em consideração as aberturas para a construção de uma esfera genuinamente política – implica, dessa forma, nunca pensar o espaço de forma fechada, ou seja, sempre trabalhá-lo dentro de um discurso político a fim de construir aberturas do futuro (MASSEY, 2012).

Sob essa visão, a sociedade defronta-se com um desafio espacial em que se percebe as implicações políticas das maneiras diferenciadas de praticá-lo, e na construção de uma paisagem política mais desafiadora é preciso visualizá-lo enquanto ideias de heterogeneidade, de relacionalidade e de vida.

A partir desse percurso reflexivo, evidencia-se que Massey (2012) apresenta uma proposta de pensar o espaço como meio de intervenção na realidade e para concebê-lo como instrumento de ação busca realizar um esforço teórico que permita construir ilações capazes de servir de apoio para aqueles que estão empenhados em fortalecer movimentos sociais de afirmação dos lugares, das identidades, construir alternativas, projetar o futuro. Enfim, batalhar em busca de uma ação revolucionária tendo como ênfase as particularidades e as potencialidades de se pensar o espaço numa relação intrínseca com o tempo – de modo indissociável –, garantindo a condição de sujeito.

A importância de pensar o espaço de modo ativo é realçada e chama a atenção para o fato de que certas associações não são promissoras porque reduzem a característica do espaço enquanto desafio. Conceber o espaço como oposição negativa ao tempo faz com que o espaço não seja visto como um objetivo, fato em que se perde qualidade do debate e desconstitui a dimensão social da reflexão. Esse limite deve ser superado porque não se deve pensar em espaço dissociado de tempo, porque a imaginação do espaço tem reflexo na imaginação do tempo e, dessa forma, torna nítido que um implica no outro. Pensar o tempo separado do espaço tem implicações políticas e na forma como se pensa o espacial.

O espaço deve ser pensado tendo como perspectiva a construção do futuro. Um futuro aberto, que está aí para ser feito, genuinamente com possibilidades de criação. As conceituações de espaço e de tempo não podem desprezar o fato de que um constitui, integra e implica no outro e, de tal forma, para conceber o tempo enquanto aberto é preciso o espaço, também, ser aberto, ou seja, a não concepção do espaço de forma aberta

compromete o projeto de abertura da temporalidade. É preciso arrancar o espaço da cadeia de conotações imobilizantes, porque ele contribui substancialmente para as “[...] desarticulações necessárias para a existência do político e abrem o próprio espaço para um discurso político mais apropriado [...]” (MASSEY, 2012, p. 80).

Na tentativa de libertar o espaço de velhas imaginações e significados que lhe retira o potencial político é necessário injetar temporalidade e pensar no espaço como uma eventualidade, em que a interconecção do mundo se dá no espaço. A relevância do espaço está nas multiplicidades “[...] coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade especializada [...]” (MASSEY, 2012, p. 94). Assim, o espaço deve ser visto como aberto, múltiplo e relacional com priorização do social.

CONCLUSÃO

O repertório de conhecimentos espaciais visa explicar a realidade permeada por contradições sociais e conflitos, podendo ser captada por sua expressão espaço-temporal. O homem é visto como sujeito da produção do espaço e, por isso, a geografia não tem como objetivo somente explicar ou compreender a realidade, mas contribuir para a sua transformação sob o ponto de vista social.

O espaço é produto social e deve ser interpretado em suas inter-relações e mediações, tendo em vista o todo social em que a coesão e coerência do mundo se estabelecem no plano do humano. Esses referenciais exigem uma compreensão do movimento em movimento (da unidade do diverso) que permite melhor orientação para as ações e com isso construir a transformação da sociedade, articulando as categorias, conceitos, noções, ideias e propostas em virtude da preocupação com as pessoas.

Essa preocupação remete a necessidade de “interpretar a espacialidade das realidades sociais, quer dizer, é tornar essas realidades inteligíveis sob o aspecto espacial [...] possibilitando a construção de um saber socioespacial [...] uma geografia das desigualdades socioespaciais” (BESSA, 2010, p.44). A realidade é em essência espacial porque se trata de um produto social.

Nesse tocante, é salutar a consideração apresentada por Bessa (2010, p. 48) de que “uma sociedade só se torna concreta por meio do espaço que ela própria produz e, não obstante, o espaço só se torna inteligível por intermédio dessa sociedade, sendo, portanto, uma instância e um dado constitutivo”. Desse modo, a abordagem da realidade espacial exige a representação do espaço social para a compreensão da dinâmica da sociedade, sendo que a representação do espaço é permeada pela compreensão da vida no tempo do presente e do passado (MARTINELLI, 2005).

Nesse sentido o social se articula de modo inseparável ao espaço em razão de sua dimensão enquanto produto da história, constituindo-se como ato de sujeitos e, sendo assim, tem como matéria-prima a relação homem-meio. Diante disso, a reprodução da sociedade se dá na totalidade da sua estrutura em que as relações são reafirmadas nos movimentos que estão na base, cuja produção do espaço é a produção da própria sociedade. O espaço deve ser considerado em sua expressão social (MOREIRA, 2002), a mediação concreta de realização da história.

O conhecimento espacial possibilita melhor posicionamento em termos de apropriação dos instrumentos para a intervenção na realidade e edificar um futuro melhor com foco nos interesses e necessidades da maioria da população. Haja vista que para uma intervenção qualificada é preciso explorar as possibilidades de leitura do espaço. Trata-se de um mecanismo para a reflexão que considere o espaço como componente do social.

A negligência das outras dimensões acarreta o aprofundamento das desigualdades socioespaciais que privam a maior parcela da população do uso digno do território, pois não possuem acesso eficaz aos serviços sociais básicos: educação, saúde, lazer, saneamento e correlatos. O espaço deve ser pensado para além de um grupo de pessoas; faz-se necessário intensificar ações que objetivem o combate da desigualdade que se materializa espacialmente. Assim, o tratamento deve buscar alcançar a perspectiva cidadã que não se estabelece em visualizar as pessoas como consumidores, mas como portadoras legítimas de direitos: ou seja, sujeitos.

O uso de instrumentos deve focalizar no desejo de solucionar problemas vivenciados nos ambientes, portanto é mister refletir criticamente sobre os propósitos das ações, inclusive trabalhar arduamente para a construção e consolidação de ferramentas que contribuam para se alcançar de forma efetiva os resultados de relevância social pretendidos.

Como se percebe a partir das considerações feitas, o que se defende nesse contexto é a construção de mecanismos de leitura da realidade que possam contribuir de forma eficaz e opere nas nuances das injustiças sociais. O bem-estar coletivo deve ser o pilar desses novos valores que inclui a participação popular e o conhecimento dos anseios dos distintos segmentos sociais que demandam novos rumos para as políticas públicas, bem como uma nova orientação para as intervenções espaciais. Portanto, a atuação espacial não pode desconsiderar o caráter multifacetado do espaço como categoria-chave para a compreensão da realidade concreta.

REFERÊNCIAS

- BESSA, Kelly. Diferenciação espacial como elemento próprio à natureza da geografia. *MERCATOR*, v. 9, n. 20, set./dez. p. 43-56, 2010.
- CLAVAL, Paul. História da geografia. Tradução: José Braga Costa. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CUSTÓDIO, Vanderli. Do colégio D. Pedro II à Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro: destigmatizando geografias. In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (Orgs.). Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil. São Paulo: Annablume, FFLCH-USP, GEOPO-USP, p. 81-97, 2010.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papyrus, 15a. ed., 2009.
- LIMA, Elias Lopes de. O lugar do sujeito em A natureza do espaço geográfico, de Milton Santos. *Revista de Geografia (UFJF)*, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2013.
- MARTIN, Geoffrey. All possible worlds: a history of geographical ideas. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MARTINELLI, Marcelo. Cartografia dinâmica: tempo e espaço nos mapas. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 18, p. 53-66, 2005.
- MARTINS, Élvio Rodrigues. Pensamento geográfico é geografia em pensamento. In: KATUTA, Angela Massumi (Org.). Geografia e mídia impressa. Londrina: Moriá, 2009.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert, 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MOREIRA, Ruy. Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Orgs.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, p. 47-62, 2002. OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. *Terra Livre*, São Paulo, n. 17, 2º semestre, p. 25-48, 2001.
- PEREIRA, Sérgio Nunes, Assim se passaram cem anos: um olhar sobre o I Congresso Brasileiro de Geografia (1909). In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manuel Fernandes de (Orgs.). Geografia e pensamento geográfico no Brasil. São Paulo: Annablume. FFLCH-USP/ GEOPO-USP, p. 27-46, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.
- SANTOS, Douglas. O significado de escola. *Construção psicopedagógica*, São Paulo, v.16, n. 13, p. 22-61, 2008a. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v16n13/v16n13a03.pdf> Acesso em: 06 set. 2016.
- _____. Um objeto para a geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. *Terra Livre*, Presidente Prudente, Ano 24, v. 1, n. 30, p. 27-40, 2008b. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/487/461>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo: Hucitec, AGB, 1978.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e a gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A pluralidade do pensamento geográfico: um breve retrospecto dos seus primórdios ao início do século XXI. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, n. 9, ano IX, ago., p. 93-110, 2014.
- VITTE, Antonio Carlos. Por uma Geografia Híbrida: ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2011.
- _____. Contribuições à História e a Epistemologia da Geografia. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. Ensino de geografia e história do pensamento geográfico: notas a respeito do papel da ideia de território no Brasil (1822-1934). In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (Orgs.). Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil. São Paulo: Annablume, FFLCH-USP, GEOPO-USP, p. 47-62, 2010.